

IDERLEY COLOMBINI

LIMITES LÓGICOS DAS TESES DO CAPITALISMO COGNITIVO E DO TECNOFEUDALISMO

Recebido em 22/06/2022

Aprovado em 22/11/2022

LIMITES LÓGICOS DAS TESES DO CAPITALISMO COGNITIVO E DO TECNOFEUDALISMO

Resumo

Este artigo analisa criticamente as teses da abordagem do “capitalismo cognitivo”, com a intenção de discutir as consequências das novas formas de trabalho baseadas no conhecimento. Através da noção de trabalho cognitivo, os autores e autoras analisados, defendem uma suposta ruptura da relação valor/trabalho com uma maior tendência de rentismo nas formas atuais do capitalismo, categorizado como “tecnofeudalismo”. Contudo, apesar da intenção de constituírem um referencial de maior rigor teórico, os vários estudos dentro da tese do capitalismo cognitivo partem de uma má compreensão da teoria do valor trabalho e da noção de trabalho abstrato em Marx, o que implica uma série de interpretações errôneas sobre os processos sociais concretos atuais. Dessa forma, o artigo tem como objetivo examinar criticamente os argumentos teóricos da tese do “capitalismo cognitivo” e do “tecnofeudalismo” para reinterpretar as implicações das formas atuais de trabalho no capitalismo.

IDERLEY COLOMBINI

Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IE-UFRJ). O autor agradece os comentários do professor Eleutério Prado e dos pareceristas anônimos, assim como as discussões com a professora Isabela Nogueira, que auxiliaram na elaboração dos argumentos apresentados no artigo.

E-mail: iderley.colombini@ie.ufrj.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6501-5842>

Palavras chaves: trabalho, capitalismo cognitivo, tecnofeudalismo, trabalho abstrato, subsunção real.

Abstract

This article critically analyzes the theses of the ‘cognitive capitalism’ approach, with the intention of discussing and analyzing the consequences of new forms of knowledge-based work. Through the notion of cognitive work, the authors defended a supposed rupture of the value/work relationship with a greater tendency of rentism in the current forms of capitalism, categorized as ‘techno-feudalism’. However, despite the intention of constituting a reference of high theoretical rigor, the various studies within the thesis of cognitive capitalism start from a misunderstanding of the labor theory of value and the notion of abstract labor in Marx, which implies a series of confusions about current concrete social processes. In this way, the article aims to critically analyze the theoretical arguments of the ‘cognitive capitalism’ and ‘techno-feudalism’ thesis to reinterpret the implications of current forms of work in capitalism.

Key words: work, cognitive capitalism, marxism, abstract labor, real subsumption.

Introdução

As transformações do mundo do trabalho se tornaram um dos grandes temas atuais, indo dos artigos acadêmicos e extremamente teóricos até as conversas cotidianas mais banais. Grande parte desse interesse se deve à implantação de novas tecnologias tanto em novas rodadas de automação quanto na criação de redes e plataformas digitais capazes de realocar as funções de trabalho na sociedade capitalista. A teoria do “capitalismo cognitivo” (CHICCHI, 2020; GIULIANI *et al.*, 2019; BOUTANG, 2011; FUMAGALLI, 2010; VERCELLONE, 2013) possui a intenção de construir uma nova leitura sobre a formação de um novo momento histórico no capitalismo, que teria como eixo estrutural a passagem para uma nova forma social de trabalho, a qual superaria a dicotomia da subsunção do trabalho na grande indústria para um trabalho denominado de cognitivo. Dessa forma, conseguem estabelecer importantes reflexões sobre as formas concretas do capitalismo atual. Contudo, apesar da intenção de partir de um maior rigor teórico, os vários estudos dentro da tese do capitalismo cognitivo partem de uma má compreensão da teoria do valor trabalho e da noção de trabalho abstrato em Marx, o que implica uma série de confusões sobre os processos sociais concretos analisados. O objetivo deste artigo é recolocar criticamente os argumentos da teoria do valor trabalho de Marx para analisar as teses do “capitalismo cognitivo” e dos seus desdobramentos nas teses do “tecnofeudalismo”.

As abordagens que partem da noção do “trabalho cognitivo” possuem uma grande influência das teorias e discussões sobre o trabalho imaterial, principalmente dos trabalhos de Negri (1992) e Gorz (2003). Entretanto, os autores da tese do capitalismo cognitivo buscam realizar uma discussão teórica mais sólida dentro do debate marxista, recolocando a discussão da teoria do valor e da subsunção do trabalho ao capital nas formas concretas atuais do capitalismo. Dessa forma, conceituam o capitalismo cognitivo como a emergência de um “sistema histórico de acumulação” em que as dimensões cognitivas e intelectuais do trabalho teriam se tornado dominantes

e a esfera central de valorização do capital se tornaria relacionada com a transformação do conhecimento em uma mercadoria fictícia (GIULIANI e VERCELLONE, 2019).

As transformações recentes do trabalho não são compreendidas, dentro dessa abordagem, como o aumento de uma atividade específica ou o uso de alguma nova tecnologia particular, pelo contrário, o enfoque dá centralidade a um suposto novo predomínio cognitivo do trabalho, que perpassaria por toda a produção (tanto material quanto imaterial). O centro da análise estaria em uma suposta “nova natureza do trabalho” com predominância do conhecimento, marcada por uma superação das antigas formas de trabalho material baseadas na separação do trabalho intelectual pela incorporação do conhecimento no capital fixo. Mesmo nas produções com alta composição orgânica, em que os trabalhadores são designados a controlar e supervisionar tecnologias complexas, haveria um domínio do trabalho baseado em conhecimento

O predomínio do conhecimento nas formas atuais de trabalho levaria, dentro da tese do capitalismo cognitivo, a uma série de implicações para a dinâmica capitalista atual, com alteração das fontes de valor e das formas de propriedade que a sustentam, o que por sua vez implicaria novas contradições sociais. O aprofundamento do trabalho cognitivo levaria a profundas alterações no cerne do capitalismo, tendo para esses autores um movimento disruptivo em relação à mensuração do valor, à subsunção do trabalho ao capital e das formas de propriedade e de expropriação da riqueza.

Devido à maior importância do conhecimento na produção atual, a dinâmica produtiva passa a ser entendida a partir de uma tendência de autonomia do trabalho cognitivo, em que haveria um salto qualitativo na separação entre propriedade e gestão. O papel do capital de controlar a produção através da subsunção real do trabalho, intervindo diretamente na inovação e no aumento da produtividade, seria substituído por um papel passivo e predatório, caracterizado como rentista. As grandes corporações tecnológicas imporiam, dessa maneira, um processo de monopolização e extração

de renda (expropriação e rentismo) em detrimento da produção de nova riqueza, o que passou a ser concebido pelos conceitos de “feudalismo digital” ou “tecnofeudalismo” (DURANT, 2020; MAZZUCATO, 2019; DEAN, 2020; VAROUFAKIS, 2021; ZUBOFF, 2021).

Dentro do quadro atual de transformações do capitalismo é importante o esforço para compreender como se constituem novos momentos históricos concretos no capitalismo, com profundas implicações para as lutas de classe e a vida cotidiana dos trabalhadores. Contudo é necessário um grande cuidado ao delimitar essas transformações enquanto formas concretas dentro das relações capitalistas, não caindo em fetichizações que partem da aparência dos processos sociais, as quais acabam por apagar os conteúdos reais de produção de mais-valor e as formas de controle do capital sobre o trabalhador. É exatamente nessa inversão de forma e conteúdo entre a aparência das formas sociais e a produção de mais-valor que ficam evidentes os limites da tese do capitalismo cognitivo e do tecnofeudalismo.

Dessa forma, neste trabalho busca-se compreender os equívocos teóricos dentro das teses do capitalismo cognitivo, principalmente no que concerne às concepções de trabalho abstrato e subsunção real em Marx, para poder reavaliar as implicações das transformações das formas atuais do trabalho concreto. Na próxima seção será analisada criticamente a concepção de trabalho abstrato na abordagem do capitalismo cognitivo, identificando seus erros e implicações. Em seguida, busca-se entender como essa concepção equivocada implica a falsa aparência de um capitalismo puramente rentista, que tem sido caracterizado como tecnofeudal. Por fim, na última seção, são apresentados alguns elementos conclusivos.

Trabalho cognitivo e trabalho abstrato

Os principais trabalhos dentro da tese do capitalismo cognitivo praticamente assumem como um dado as transformações do trabalho no sentido de uma centralidade da esfera do conhecimento para a organização produtiva.

No entanto, esse conhecimento não seria apenas explícito ou objetivo, mas sim relacional, uma vez que abrangeria a dinâmica de um conhecimento subjetivo profundamente enraizado na ação e no compromisso com um contexto específico (FUMAGALLI, 2010). Dessa forma, as empresas não estariam interessadas apenas no conhecimento explícito, mas também e mais importante no conhecimento subjetivo (tácito), nas opiniões, na rede de relações e em tudo o que se relaciona com a “motivação” do trabalhador.

Essa nova forma organizacional da produção em torno do conhecimento representaria uma nova fase do capitalismo, em substituição da fase denominada como capitalismo industrial (VERCELLONE, 2007). Essa fase “fordista” anterior é caracterizada no nível produtivo pela centralidade da serialidade, normalização, especialização da mão de obra em tarefas específicas com a separação do controle da ação do trabalhador para os engenheiros e administradores, sendo essa separação corporificada nas máquinas. A nova organização produtiva, ao invés da centralidade da separação dos comandos das atividades pelos trabalhadores, teria como base os seus conhecimentos, assim como um maior número de atividades imateriais, seja de cunho digital ou relacional. Essa concepção do trabalho cognitivo possui forte referência com as teses de Gorz (2003) e Negri (1992), sobre o trabalho imaterial¹; contudo, eles expandem esse conceito, assim como o debate teórico, para as noções da própria organização do trabalho e do modo de acumulação.

A transformação no trabalho e na estrutura produtiva, dentro da tese do capitalismo cognitivo, é dada como uma certeza pelos autores e autoras, sem muitas contestações ou elucubrações. O interesse maior desses estudos é entender os impactos na dinâmica de acumulação e de produção de mais-valor dada por essas transformações na organização do trabalho. Contudo, essa própria constatação de alteração na estrutura produtiva e organizacional do trabalho deveria ser mais aprofundada, dado que esse processo

¹ Um ótimo estudo crítico sobre as teses de André Gorz e Antonio Negri a respeito do trabalho imaterial, alinhado com os argumentos desenvolvidos neste artigo, pode ser visto em Prado (2005).

de mudança está longe de ser absoluto. Como enfatiza Ursula Huws (2014 e 2019), a proliferação de novas formas de trabalho e de produção com um maior viés de imaterialidade e de conhecimento gera também toda uma nova rede de trabalhos materiais. O crescimento (ou até mesmo a centralidade) dos trabalhos cognitivos não desaparecem com as velhas formas de trabalho e de organização; pelo contrário, justamente a imposição de uma ampla gama produtiva diversificada e descentralizada se constitui como a base da produção mundial dentro das cadeias globais de valor².

Um debate mais aprofundado sobre a diversidade da estrutura produtiva atual é desconsiderado dentro da abordagem analisada, tendo como objetivo a construção de um modelo analítico bastante dual entre uma fase de acumulação denominada como industrial para a fase atual dita cognitiva. Essa própria dualidade de modelos de acumulação tem como objetivo um dos focos principais da tese do capitalismo cognitivo: a suposta inoperância do tempo de trabalho socialmente necessário como conteúdo do valor (DUGHERA e VERCELLONE, 2019). A teoria do capitalismo cognitivo parte da noção que, devido à centralidade do conhecimento para novas formas do trabalho e da organização produtiva, “the law of value/labour time loses its pertinence if (...) using the norm of abstract unqualified labour” (DUGHERA e VERCELLONE, 2019, p. 47).

Os autores e autoras adeptos dessa abordagem teórica assumem que a noção de trabalho abstrato da teoria do valor de Marx é insuficiente para lidar com as novas formas de trabalho que possuem uma importância fundamental do conhecimento, o que impediria esse processo de abstração para a realização do valor como tempo de trabalho. Por isso argumentam que “the traditional theory of labour value needs to be revised towards a new theory of value, in which the concept of labour is increasingly characterized by “knowledge” (FUMAGALLI, 2019, p. 80). Na forma atual do capitalismo o

² Apesar da importância da compreensão de como a constituição dessa maior diversidade produtiva é um elemento constitutivo da produção de mais-valor atual, esse tema foge do escopo proposto neste trabalho. Para uma leitura mais aprofundada no tema ver Huws (2014) e Milberg e Winkler (2013).

trabalho abstrato teria perdido seu sentido, “thus, what is exchanged in the labour market is no longer abstract labour (measurable in homogeneous working time), but rather subjectivity itself, in its experiential, relational, creative dimensions” (FUMAGALLI e MORINI, 2010, p. 236).

O argumento principal para justificar a incapacidade da teoria do valor de Marx estaria na suposta incapacidade da realização da mensuração do tempo através do mecanismo de abstração contido no trabalho abstrato, uma vez que o conhecimento, o intelecto e as redes de relações sociais não seriam passíveis dessa abstração. Dentro dessa concepção, o trabalho abstrato só seria realizado na “indústria fordista”, já que “everything changes when work, as it becomes increasingly immaterial and cognitive, can no longer be reduced to a simple expenditure of energy carried out during a given time period” (GIULIANI e VERCELLONE, 2019, p. 26). Dessa forma, a abordagem do capitalismo cognitivo é construída a partir de uma noção muito específica e problemática do trabalho abstrato, isto é, como simples gasto de energia durante um período determinado de tempo.

Apesar das consequências extremadas dessa abordagem deixarem mais explícitos os mal-entendidos da sua concepção de trabalho abstrato em Marx, é preciso também ressaltar que essa noção errônea de abstração possui uma tradição bastante influente no marxismo, tendo inclusive raízes nos próprios trabalhos de Marx. Dentro do campo de estudos marxistas há um longo debate sobre o significado de “trabalho abstrato” em Marx, sendo fundamental para o entendimento da dinâmica capitalista e por isso retomado aqui neste trabalho com a intenção de limpar o terreno para o estudo das formas atuais de trabalho. As interpretações sobre o trabalho abstrato podem ser sintetizadas em três vertentes principais: I) trabalho homogêneo; II) trabalho fisiológico; e III) trabalho humano como expressões equivalentes de valor.

³ Distinções similares dentro do debate sobre o conceito de trabalho abstrato podem ser encontradas em Murray (2000), Arthur (2013) e Bonefeld (2014).

A noção do trabalho abstrato como uma retirada das qualidades específicas do trabalho concreto na produção capitalista (tornando-se uma espécie de trabalho homogêneo realizado através das máquinas) não é uma exceção dessa abordagem cognitiva, pelo contrário, como veremos em seguida. Os autores da tese aqui analisada se baseiam em grande parte no famoso “Fragmento sobre a maquinaria”⁴ dos *Grundrisse* de Marx, em que é sustentada a noção de “intelecto geral” e de perda da validade do valor como o predomínio dessa nova forma de trabalho intelectual:

À medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva passa a depender menos do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado que do poder dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, poder que – sua poderosa efetividade –, por sua vez, não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção, mas que depende, ao contrário, do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção. (...) Nessa transformação, o que aparece como a grande coluna de sustentação da produção e da riqueza não é nem o trabalho imediato que o próprio ser humano executa nem o tempo que ele trabalha, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão e seu domínio da natureza por sua existência como corpo social – em suma, o desenvolvimento do indivíduo social. (...) Tão logo o trabalho na sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa, e tem de deixar, de ser a sua medida e, em consequência, o valor de troca deixa de ser [a medida] do valor de uso. (MARX, 2011, p. 941).

O debate sobre essas passagens do *Grundrisse* de Marx é bastante longo e polêmico, remontando ao “operarismo italiano” e sua defesa enfática sobre a importância desses trechos para a compreensão dos avanços da ciência e da tecnologia na sociedade capitalista⁵. A grande maioria dessas leituras

⁴ Os *Grundrisse*, manuscritos escritos por Marx entre 1857 e 1858, foram publicados primeiramente em Moscou (1939-41), tendo algumas de suas partes mais difundidas no começo da década de 1960, como a passagem do “Fragmentos sobre a maquinaria”, que está contida na segunda seção (“O processo de circulação do capital”) do terceiro capítulo (“capítulo do capital”).

⁵ Uma reconstrução das várias leituras acerca do “Fragmento sobre a maquinaria” nos *Grundrisse* pode ser vista em Virno (1990) e Tomba e Bellofiore (2014).

que defendem as teses do “intelecto geral” como superiores à visão exposta por Marx no *Capital*, partem do mesmo equívoco sobre a concepção do trabalho abstrato, como argumentamos neste artigo. Para a compreensão dessas interpretações, o próprio desenvolvimento teórico de Marx precisa ser considerado.

A distinção entre trabalho concreto e trabalho abstrato ainda não estava clara para Marx durante a elaboração dos *Grundrisse* (completado em 1858), o qual só acontecerá posteriormente quando rompe definitivamente com a teoria do valor de Ricardo (HEINRICH, 2013). Como apresentou Michael Heinrich (2013), “the clear fixing of the distinction between abstract and concrete labour, with which Marx completely broke with Ricardo’s value-theory, occurred only in the Contribution to the Critique of Political Economy (1859)” (HEINRICH, 2013, p. 203). Essa teoria ainda em definição de Marx⁶ levou a uma má interpretação da própria noção de capital fixo, o considerando na esfera da circulação na seção dos “Fragmentos” dos *Grundrisse*, ao invés de considerar no processo de produção capitalista como faz posteriormente. No volume I do *Capital*, podemos encontrar uma autocrítica implícita ao “Fragmento sobre a maquinaria”, uma vez que Marx apresenta a produção de mais-valor relativo através do aumento da incorporação de capital fixo de forma exatamente oposta ao que faz nos trechos citados dos *Grundrisse*.

Essa dificuldade para distinguir entre trabalho concreto e abstrato é explícita no trecho citado acima em que Marx vincula a disparidade do tempo de trabalho imediato com a mensuração do valor, entretanto, como sabe-se do exposto no *Capital*, o tempo de trabalho imediato nunca foi,

⁶ A comparação entre os *Grundrisse* e o *Capital* de Marx no que tange à noção de trabalho abstrato também pode ser visto em Arthur (2013).

de qualquer forma, a medida de valor. A mensuração do valor acontece pelo trabalho abstrato, não na sua forma concreta como trabalho imediato, seja ele manual e sem qualidades específicas ou intelectual e baseado no conhecimento. A mensuração do valor advinda do trabalho humano não se dá na esfera concreta, seja ela fisiológica como gasto de energia⁷ ou homogênea em trabalhos sequenciados e iguados pela maquinaria, mas sim em termos sociais de abstração.

Apesar de Marx ter superado essa ambiguidade entre trabalho concreto e abstrato nos seus trabalhos posteriores, dentro da tradição marxista os equívocos continuam bastante vívidos, não sendo restritos às teses do capitalismo cognitivo. Tanto as noções de trabalho fisiológicos (KICILLOF e STAROSTA, 2007) quanto de trabalho homogêneo (DE ANGELIS, 1995) ainda podem ser amplamente vistas dentro do debate marxista sobre teoria do valor e do trabalho abstrato. Entretanto, há uma outra vertente de leitura sobre a teoria do valor e da noção de trabalho abstrato em que esse é entendido como trabalho humano como expressões de equivalentes de valor, a qual destaca tanto a especificidade histórica do capitalismo com produtores de valor quanto do trabalho abstrato como categoria social (não fisiológica ou concreta). Um marco na virada da compreensão da noção de trabalho abstrato em Marx advém de Issak Rubin (1972)⁸, o qual irá destacar justamente a importância de compreensão da abstração capitalista como algo puramente social.

⁷ A crítica sobre a concepção do trabalho abstrato como trabalho fisiológico remete às abordagens neorricardianas, que partem de um sentido a-histórico do trabalho como gasto de energia, não compreendendo a ruptura histórica da noção de abstração social existente no trabalho capitalista. Uma crítica à compreensão das abordagens neorricardianas sobre o trabalho abstrato pode ser vista em Bonfeld (2010).

⁸ A retomada dessa interpretação do trabalho abstrato na obra de Marx possui grandes créditos pelo trabalho de Issak Rubin, que, em plena década de 1920, na URSS sob o regime de Stalin, já bradava a importância da consideração do trabalho abstrato como algo puramente social, o que evidenciaria a mudança do modo de produção (não uma simples inversão distributiva) para uma nova sociedade. “Uma de duas coisas é possível: se o trabalho abstrato é um gasto de energia humana em forma fisiológica, então valor também tem caráter reificado-material; ou valor é um fenômeno social, e então o trabalho abstrato também deve ser entendido como fenômeno social ligado a uma forma social determinada de produção. Não é possível conciliar um conceito fisiológico de trabalho abstrato e o caráter histórico do valor que ele cria” (RUBIN, 1972, p. 135).

A noção de trabalho abstrato não possui a ideia de um esforço homogêneo (genérico) na produção, como fazem os autores e autoras da tese do capitalismo cognitivo ao confundir um trabalho concreto específico (homogeneizado e generalizado) com o trabalho abstrato. O ponto de partida da abstração do valor no capitalismo não é a produção individual (particular) como alguma substância genérica que passa a ser “incorporada” nas mercadorias. O valor só pode ser compreendido como uma categoria social, portanto, realizado socialmente através das trocas de mercadorias.

A produção individual não possui diretamente valor como um caráter social, apenas através do ato posterior das trocas que o seu valor é realizado, por isso um processo de abstração social, não mental ou fisiológico. O caráter concreto e particular dos diferentes trabalhos só pode ser equalizado através da noção de valor pelo processo de abstração social pelo mercado (HOFIG, 2020). O trabalho contido na forma valor do capitalismo é uma abstração dada pela universalidade da mercadoria em sua forma social, logo sem possuir uma matéria concreta nessa sua abstração como valor. É exatamente esse caráter puramente social da abstração do trabalho enquanto valor que irá fundamentar a teoria do valor de Marx no *Capital*, ressaltando a inversão posta por uma sociedade mediada pela relação de mercadorias:

Exatamente ao contrário da objetividade sensível e crua dos corpos das mercadorias, na objetividade de seu valor não está contido um único átomo de matéria natural. [...] Lembremo-nos, todavia, de que as mercadorias possuem objetividade de valor apenas na medida em que são expressões da mesma unidade social, do trabalho humano, pois sua **objetividade de valor é puramente social, e por isso é evidente que ela só pode se manifestar numa relação social entre mercadorias**” (MARX, 2013, p. 125, grifo nosso).

Rubin (1972) enfatiza de maneira correta que, quando Marx torna o trabalho abstrato dependente da troca, está se referindo a toda relação capitalista como uma totalidade (produção e circulação) de uma relação social entre

mercadorias, rompendo com essa falsa dicotomia. Em Marx, o trabalho abstrato é a substância de valor não porque tem um “conteúdo útil particular”, mas porque dura por um certo período de tempo determinado socialmente. Na abstração social capitalista, o tempo de trabalho que é sempre concreto como atividade no tempo “surge como seu oposto – como um tempo abstrato que se funda em si mesmo e passa por si mesmo” (BONFELD, 2014, p. 133). O tempo concreto do trabalho é suprassumido através da sua determinação social enquanto valor posto pelas trocas de mercadorias.

A realização do valor não ocorre, portanto, reduzido a uma mensuração de gastos concretos de músculos, cérebro e nervos. Em vez disso, é o tempo de trabalho socialmente necessário que é uma abstração social. O tempo de trabalho socialmente necessário que constitui valor não é apenas uma média “técnica”, porque a “sociabilidade dos trabalhadores privados, e, portanto, a mesma magnitude a ser medida, é eventualmente fixada na troca de mercado” (BELLOFIORE, 2009, p. 185). Logo, o tempo de trabalho socialmente necessário que fundamenta o valor e sua mensuração é conhecido apenas *ex post*, sendo realizado na abstração social do mercado capitalista. Esse tempo abstrato não individual também não é realizado apenas relativamente, mas a partir da totalidade social da troca das mercadorias através da sua realização monetária universalizada.

O trabalho contido na forma valor é uma abstração social, dada a universalidade da mercadoria como fundamento da relação capitalista, o que implica a construção de um “tempo social” que manifesta uma abstração real. Logo, um tempo social que possui a conceitualidade do valor como a essência aparentemente automovente da riqueza social. No entanto, ao se estabelecer a unidade do tempo social como unidade do tempo do capital, o processo de trabalho passa a ser refletido como se fosse a sua unidade. Uma vez universalizada a inversão da relação capitalista através da abstração da relação entre mercadorias, o tempo abstrato do capital aparece como se fosse realmente o tempo concreto da produção. Exatamente essa inversão que Marx chama de fetiche, vista aqui da perspectiva do tempo de trabalho,

em que “aparece que o trabalho material que sustenta a postura de valor é o trabalho em abstrato, ou seja, hipostasiado como tal” (ARTHUR, 2013, p. 117). Por ser o valor uma noção social abstrata que tem como necessidade ser gerado junto com o trabalho concreto, no mundo invertido das mercadorias se transpõe, como fetiche, a produção social idealizada do trabalho abstrato como processo concreto particular de produção material.

As várias teses marxistas do trabalho abstrato como fisiológico ou homogêneo, como o caso claro da abordagem do capitalismo cognitivo, padecem exatamente dessa inversão, entendendo o trabalho abstrato que fundamenta o valor como se fosse alguma forma genérica de trabalho concreto. Uma vez que se entende o fundamento do valor a partir da abstração social real do capitalismo, não há nexos lógicos afirmar que a intensificação do conhecimento no trabalho concreto irá criar uma crise de mensuração do valor. O tempo social do capital não é o tempo da produção concreta do trabalho cognitivo, pelo contrário, ele só pode ser obtido *ex post*, realizado socialmente na relação de troca entre mercadorias.

A suposta imensurabilidade técnica do conhecimento trata do trabalho concreto privado, não da sua forma abstrata como valor. Dizer que a tal subjetividade do trabalho cognitivo promove uma crise de mensuração do valor, com a disseminação e suposta centralidade desse trabalho imensurável, não passa de uma inversão categorial, baseada na falsa compreensão fetichizada do tempo de produção imediato como tempo social do capital, ou, em outros termos, do trabalho concreto imediato como medida do valor.

A falsa aparência do “rentismo feudal” no capitalismo do século XXI

A má compreensão do trabalho abstrato, entendido como trabalho concreto, leva a uma série de equívocos dos teóricos do capitalismo cognitivo sobre as novas formas de trabalho. Apesar das importantes contribuições feitas pelo grupo no que concerne à descrição dessas novas formas de trabalho e a tentativa de uma melhor apresentação teórica, os desdobramentos

dessas análises trazem grandes mistificações sobre a sociedade contemporânea. Através da análise crítica das teses do capitalismo cognitivo se torna possível compreender os mecanismos de mistificação do capitalismo contemporâneo, os quais estão presentes em várias abordagens atuais. Partindo dessa concepção da centralidade do trabalho cognitivo ou digital, há uma grande difusão das teses de uma suposta constituição de um “feudalismo digital” ou “tecnofeudalismo” (ZUBOFF, 2021; DURANT, 2020, 2022; MAZZUCATO, 2019; DEAN, 2020; VAROUFAKIS, 2021), em que haveria um processo de monopolização e extração de renda (expropriação e rentismo) em detrimento da produção de mais-valor. O que se pretende mostrar aqui é justamente o contrário, ou seja, como esse aparente rentismo das formas atuais de trabalho se baseia na aparência invertida da geração de mais-valor.

Um das grandes conclusões dessa abordagem “cognitiva” está nessa suposição de que o capitalismo contemporâneo teria uma tendência de oposição (ou de imposição de barreiras) ao aumento de produtividade, se reproduzindo com base na renda em uma espécie de tecnofeudalismo. Como analisaremos nesta seção, essa concepção do capitalismo atual como tecnofeudal é bastante recorrente atualmente⁹, tendo como origem dessas teses justamente uma má compreensão do processo de constituição de valor, confundido com a produção de riqueza material. Ao mesmo tempo, muitas dessas teses tecnofeudalistas carecem de uma melhor sistematização teórica, partindo muitas vezes das concepções do trabalho cognitivo e analisando mais detidamente e criticamente apenas as formas de distribuição da riqueza material. Por isso, iremos primeiro expandir o estudo sobre a inversão categorial na sociedade capitalista atual, para em seguida analisar criticamente as teses do “capitalismo rentista feudal” sobre o capitalismo contemporâneo.

Um elemento de alicerce da teoria do capitalismo cognitivo está na afirmação de que o valor não é mais produzido pelo “trabalho abstrato”, entendido

⁹ Um estudo crítico descritivo das principais teses do tecnofeudalismo pode ser visto em Morozov (2022).

como o trabalho concreto mecanizado e homogêneo (como apresentado na seção anterior), pois a partir da crise do “fordismo” dos anos de 1970 o valor passou a ser produzido através do trabalho baseado no conhecimento (FUMAGALLI, 2010; BOUTANG, 2011; VERCELLONE, 2013). Uma vez que esses autores e autoras partem dessa ruptura com a geração de valor, vários processos econômicos seriam transformados no capitalismo atual. Como exposto por Vercellone e Dughera, “the crisis of the theory of value/surplus value involving the simultaneous dissolution of those criteria on which the net distinction between profit and rent was founded” (2019, p. 44).

A falsa compreensão do trabalho abstrato como trabalho concreto homogêneo leva à suposição de que o trabalho baseado no conhecimento não seria passível de passar por essa abstração; nas palavras dos autores e autoras, o trabalho cognitivo romperia com os processos de subsunção real do capitalismo (FUMAGALLI, 2019; VERCELLONE e DUGHERA, 2019). O processo de homogeneização do trabalho através das máquinas seria superado pelas novas formas baseadas no conhecimento, que romperia com os mecanismos de subsunção real e de controle do capital sobre a produção. No capitalismo contemporâneo o valor seria produzido pelas intrincadas redes de conhecimento, chamadas de “intelecto social geral” com base nos *Grundrisse* de Marx. Esse valor produzido pelo intelecto geral não seria passível de controle, muito menos de subsunção real, dado que sua característica por excelência seria uma autonomia criativa e de autoaprendizado (VIRNO, 2004; RULLANI, 2004).

O aumento da produtividade, capaz de gerar mais valor relativo, não estaria mais na subsunção real dada pelo controle do trabalho e imposição de um aumento do capital fixo. Agora, no capitalismo cognitivo, o aumento de produtividade ocorreria através da “troca de conhecimento e sua difusão (...) que não depende de uma transferência tecnológica (ou seja, de um estoque físico de bens materiais), mas da amplitude dos fluxos relacionais que o processo imaterial aciona” (FUMAGALLI, 2010, p. 118). Dentro dessa visão, o “trabalho cognitivo possui uma capacidade ‘genética’ de

auto-organizar sua cooperação, tanto dentro da empresa quanto na sociedade como um todo” (VERCELLONE e DUGHERA, 2019, p. 47). A dinâmica produtiva passa a ser entendida a partir de uma tendência de autonomia do trabalho cognitivo, em que haveria um salto qualitativo na separação entre propriedade e gestão.

Os autores e as autoras da tese do capitalismo cognitivo entendem as funções reais ligadas à organização da produção e ao cumprimento das metas produtivas cada vez mais delegadas aos trabalhadores. As figuras do investidor “schumpeteriano” e “weberiano” que formariam a tecnoestrutura “galbraithiana” de inovação e pesquisa seriam extinguidas no capitalismo contemporâneo. Em detrimento da queda do comando do capital na produção direta, teria um aumento vertiginoso da propriedade do capital fora do processo produtivo. O reflexo dessa exteriorização do capital na produção seria seu novo papel passivo, como marca do processo de transformação do lucro em renda na fase atual do capitalismo.

O papel do capital de controlar a produção através da subsunção real do trabalho, intervindo diretamente na inovação e no aumento da produtividade, seria substituído por um papel passivo e predatório, caracterizado como rendatário, que intervém apenas *post festum*. Essa nova posição do capital de “absorbing and capturing the autonomous creative force of the commons may be the most significant expression of the tendency towards the becoming-rent of profit, unveiling the vanishing role of capital in the production of knowledge and innovation” (VERCELLONE e DUGHERA, 2019, p. 49). Essa intervenção passiva na produção direta e exterior do ponto de vista da propriedade levaria a uma tensão crescente entre a tentativa do capital de “expropriar” mais-valor sem participar diretamente da produção.

Dentro dessa concepção do capitalismo cognitivo, o processo de geração de mais valor relativo pela subsunção real seria substituído por um processo “predatório” de captura das forças criativas e autocooperativas do conhecimento. O posicionamento da expropriação de mais-valor externo à produção geraria uma tendência de queda da produtividade, em que prevaleceria

um sistema de grandes oligopólios empresariais que prejudicariam o livre fluxo de conhecimento e, portanto, a geração de valor no capitalismo atual. O capitalismo cognitivo estaria dependente da transformação do conhecimento em mercadoria em que “só pode se reproduzir colocando obstáculos às condições objetivas e às capacidades criativas dos agentes que constituem a própria base do desenvolvimento de uma economia do conhecimento” (VERCELLONE e DUGHERA, 2019, p. 52). A extração de mais-valor relativo não estaria mais ligada com o aumento de produtividade; ao contrário, esse novo estágio de “expropriação” do capitalismo se basearia na criação de novas propriedades e patentes que se imporiam sobre o impulso autônomo e coletivo das redes de conhecimento.

Essa tese de um capitalismo rentista com uma lógica de geração de riqueza prejudicial ao aumento das inovações e da produtividade não é uma particularidade dos “intelectuais do capitalismo cognitivo”. A imagem do tecnofeudalismo (STREECK, 2016, DURANT, 2020, 2022; MAZZUCATO, 2019; DEAN, 2020; VAROUFAKIS, 2021) reflete bem essa visão generalizada de que os grandes oligopólios digitais e informacionais representariam uma regressão na direção dos mecanismos feudais de extração de excedente econômico. Baseado na ideia de um trabalho autônomo digital capturado pelos grandes monopólios, Durand argumenta que haveria uma “quebra na dinâmica competitiva e tendo aqueles que controlam os intangíveis uma capacidade incomparável de se apropriar de valor sem realmente se comprometer com a produção. (...) O investimento já não é orientado para o desenvolvimento das forças de produção, mas sim das forças de predação” (2020, p. 154).

As teses sobre o predomínio de um capitalismo rentista partem da suposição de que as novas formas de trabalho não estariam sob o domínio da relação capitalista, ou seja, de que os trabalhos digitais, imateriais, de serviços e cognitivos teriam uma autonomia frente à relação de trabalho capitalista ditada pelo controle direto da homogeneização da grande indústria. Como apresentado na seção anterior, o trabalho capitalista não se limita às

formas concretas da grande indústria. A singularidade do trabalho capitalista está na universalidade da sua alienação, sendo esta a separação do trabalhador dos meios de vida e dos seus produtos gerados, como base para o processo de abstração social das relações entre mercadorias. As patentes e propriedades intelectuais não são formas externas de apropriação de valor, mas a constituição dos próprios mecanismos para a alienação do trabalho, tendo como ponto central a separação do trabalhador dos seus meios de vida e de produção.

As diferentes formas dos novos trabalhos concretos, como os imateriais, digitais, de serviços, por plataformas digitais e cognitivos, não possuem nenhuma implicação necessária em quebrar essa alienação e abstração social capitalista. Entretanto, essas diferentes formas de trabalho concreto implicam novas formas de subsunção real, ou seja, novas formas de controle e geração de mais-valor relativo. O processo de subsunção real não deve ser reduzido à ideia da homogeneização do trabalho pela grande indústria. Como mostrou Marx no *Capital*, o conteúdo da subsunção real está na geração de mais-valor relativo e não apenas nas suas formas concretas. Logo, o que fundamenta esse processo social é a geração de valor, portanto, baseado no trabalho abstrato, não no concreto. O elemento central da subsunção real está justamente em condicionar o trabalho concreto em sua forma abstrata, seja qual for esse trabalho concreto, material ou imaterial, direto pela empresa ou intermediado por uma plataforma digital.

A centralidade de novas formas de trabalho concreto implica justamente a necessidade de novos mecanismos de controle, tanto para a produção da mais-valia relativa quanto para o próprio processo de abstração social através do mercado capitalista. Essas novas formas de controle não significam um padrão predatório e externo à produção e inovação, mas uma necessidade imposta pelas especificidades dessas novas formas concretas imateriais e cognitivas. As economias de rede gestadas pelas novas formas digitais e imateriais impõe a necessidade de formação de grandes monopólios, uma vez que elas apenas acontecem através da utilização difundida em larga escala.

A existência dessas economias de redes (digitais, imateriais, plataformas etc.) necessitam da incorporação de um enorme contingente populacional, ou seja, em termos capitalistas necessitam de uma estrutura monopolista que permita a interligação do maior número de pessoas possível. Contudo, ao contrário de uma “quebra de dinâmica competitiva”, o que acontece é uma enorme exacerbação da competição em todos os elementos da vida cotidiana das pessoas através da potencialidade da sua mercantilização através dessas grandes redes sociais e digitais. Não apenas os elementos da vida cotidiana se tornam passíveis de mercantilização através dessas plataformas e redes, como a competição entre esses enormes monopólios digitais e empresariais é potencializada. A continuidade desses grandes monopólios, em intenso processo de competição dentro do enorme quadro social global, depende justamente da sua capacidade de inovação e da imposição de novas ferramentas de controle e subsunção sobre seus usuários e trabalhadores¹⁰.

A sociedade capitalista não deve ser definida com base no seu potencial de geração de riqueza material; pelo contrário, como mostrou Marx, justamente o que a distingue é seu processo universalizado da constituição de valor através do trabalho abstrato. O grau de distribuição da riqueza material está longe de demarcar uma ruptura do capitalismo, como aderentes das teses do tecnofeudalismo proclamam ao naturalizar o período do pós-guerra como o padrão capitalista¹¹. Dentro dessa visão tecnofeudal, os enormes investimentos dos grandes monopólios tecnológicos, como apresentado criticamente por Morozov (2022), seriam para predação (expropriação) e não geração de mais riqueza. Como argumentado na seção anterior,

¹⁰ A importante discussão sobre as diferentes formas e mecanismos de subsunção e exploração entre trabalhadores e usuários das plataformas e redes sociais foge do escopo deste artigo e deverá ser apresentado em um estudo posterior. Um estudo aprofundado dentro desse tema pode ser visto em Fuchs (2016).

¹¹ Dean (2022) ao buscar defender sua visão deixa clara essa inversão do período pós-guerra como um padrão natural do capitalismo, em que “neoliberalism turns into neofeudalism because it effects a change in social-property relations by destroying state ‘fettters’ or constraints on markets – employee safety nets, corporate taxation, social-welfare provisions. The enormous stores of wealth that accumulate in the hands of the few exert a political and economic power that protects the holders of capital while intensifying the immiseration of almost everyone else” (p. 7).

os teóricos do capitalismo cognitivo, assim como do tecnofeudalismo, sem compreender o processo de constituição de valor, se tornam incapazes de perceber como essas novas formas de propriedade (e de monopólios, controles gerenciais, patentes, plataformas digitais, algorítmicos etc.) são justamente os processos de subsunção formal e real capazes de gerar valor e mais-valor¹². Se há uma piora na distribuição de riqueza material dada por essas novas formas concretas de geração de valor, isso não significa de modo algum uma ruptura com a sociabilidade capitalista, apenas com um pequeno período histórico circunscrito no pós-guerra (BREMAN e VAN DER LINDEN, 2014).

A difusão das plataformas e algoritmos, englobando não apenas os aplicativos e redes sociais, mas também os programas de gestão de trabalho das grandes empresas, não apenas promove o controle característico da subsunção real, como a intensificação da competição que implica maior inovação e produtividade. Dentro dessa subsunção real desse trabalho concreto imaterial, digital, de serviços e cognitivo, a subjetivação de um autocontrole do trabalhador se torna elemento central. Não por acaso tantos estudos sobre as novas formações do capitalismo contemporâneo apresentam essa nova configuração subjetiva do trabalhador (HAN, 2015; LAVAL e DARDOT, 2016; CHIAPELLO e BOLTANSKI, 2020), em que a condição de se moldar aos interesses da geração de mais-valor partam do próprio trabalhador, acreditando ser um investidor de si mesmo.

O condicionamento do trabalho concreto às necessidades da abstração para geração de mais-valor passa a não depender mais apenas da homogeneização do trabalho pelas máquinas, agora possui como elemento central uma

¹² A contribuição de Morozov (2022) tem o grande mérito de apresentar e problematizar as principais teses do tecnofeudalismo, mas a sua crítica fica circunscrita a uma dualidade entre geração crescente de riqueza material (entendido dentro da abordagem de Brenner) e a expropriação dessa produção (dentro da leitura de Wallerstein). Dada essa redução crítica desses dois polos, não analisa a distinção fundamental da sociedade capitalista da produção de riqueza material através da geração de valor e mais-valor, o que implicaria justamente compreender os processos de fetichização da nossa sociedade como as teses do tecnofeudalismo. *that accumulate in the hands of the few exert a political and economic power that protects the holders of capital while intensifying the immiseration of almost everyone else*" (p. 7).

introjeção no subjetivo do trabalhador dessa necessidade de se moldar aos interesses da geração de valor, a qual é reforçada pelo lado mais material dos algoritmos, plataformas e redes sociais. Essa nova relação da subsunção real com relação às novas formas de trabalho concreto imaterial, digital, de serviços e cognitivo, gera, por sua vez, uma falsa aparência de autonomia do trabalhador. Por isso, essas grandes plataformas digitais, na aparência invertida da geração de valor, aparecem como mecanismos predatórios. Contudo, essa autonomia não passa de uma aparência fetichizada, já que em realidade esse autocontrole do trabalhador, ao invés de maior independência, não passa de uma subsunção aos interesses de geração de mais-valor.

A tese de uma tendência de uma sociedade de rentismo tecnológico não passa de um fetiche quanto à independência e autonomia das novas formas de trabalho¹³. Diferentemente dos servos que tinham plenos direitos de utilização dos meios de produção durante o feudalismo, os trabalhadores atuais estão alienados da posse das redes, programas, sistemas e plataformas em que realizam a sua produção. O trabalho cognitivo, como visto na seção anterior, também gera mais-valor através de suas formas abstratas socialmente no mercado capitalista, apesar de parecer independentes e autônomas, seja no mundo virtual (das plataformas e redes sociais) ou no corporativo das complexas redes e sistemas de relações de trabalho.

A má compreensão do que é trabalho abstrato, como visto na seção anterior, impede os autores e autoras analisados de compreenderem como esse trabalho baseado no conhecimento é uma forma de trabalho concreto, mesmo que imaterial, o que possibilita a sua subsunção real e valoração através dos mecanismos de abstração social do capitalismo. Dessa forma, todos os movimentos de criação de patentes, algoritmos, plataformas e redes sociais seriam mecanismos de subsunção real, que implicam tanto o controle desse trabalho cognitivo com aumento de produtividade e geração de mais-valor

¹³ As críticas aqui feitas às teses do rentismo tecnológico e do trabalho cognitivo não devem ser estendidas aos debates sobre o rentismo advindo da desintermediação do capital, marcado pela expansão e centralidade do capital fictício no processo de acumulação contemporânea. Para uma leitura rigorosa sobre o tema ver Sotiropoulos, Milios, Lapatsioras (2013).

relativo quanto a própria subjetivação do trabalhador como um empresário de si mesmo, intensificando ainda mais o processo de fetichização e alienação.

Conclusão

Nas seções anteriores, discutiu-se a partir de uma perspectiva crítica os principais elementos teóricos que sustentam as teses da abordagem do capitalismo cognitivo e do tecnofeudalismo. Os vários autores e autoras dentro dessas abordagens partem da noção da maior centralidade no capitalismo atual do trabalho baseado no conhecimento. A centralidade dessas novas formas de trabalho causaria uma grande ruptura com a lei do valor/trabalho e uma tendência a uma espécie de capitalismo rentista, em que haveria um novo papel muito mais predatório do capital ao invés de uma dinâmica de inovação e aumento de produtividade.

Na segunda seção do trabalho argumentou-se como essa tese da suposta crise do valor na fase atual do capitalismo se deve a uma má interpretação do trabalho abstrato. Os autores e autoras analisados partem da noção do trabalho abstrato como um trabalho homogêneo padronizado pelas máquinas e controle produtivo. Por isso supõem que os trabalhos baseados no conhecimento não seriam passíveis de abstração. Contudo, a noção de trabalho abstrato, como trazida por Marx, parte do caráter social da abstração, que se impõe através das relações de troca entre mercadorias. O valor, portanto, não advém de um trabalho concreto, mas da realização social de abstração capitalista. Por isso não há uma crise da relação de valor capital/trabalho, pois a forma concreta específica do trabalho baseado em conhecimento não impossibilita a formação de valor através da sua abstração social no mercado capitalista.

Essa interpretação errônea sobre o trabalho capitalista, que parte de uma impossibilidade entre trabalho concreto baseado no conhecimento e o trabalho abstrato, implicaria uma suposta autonomia e independência das

formas atuais de trabalho na geração de excedente. Dessa forma, a produção de valor desse trabalho supostamente autônomo passaria a ser extraído pelas relações predatórias do capitalismo monopolista com traços feudais. Contudo, como analisado ao longo do texto, essa suposta independência das formas contemporâneas do trabalho não passa de um processo de fetichização, em que se dá uma falsa autonomia para relações constituídas socialmente através de processos de alienação e exploração.

Os trabalhos baseados no conhecimento necessitam de novas formas de subsunção real para que o capital exerça seu controle e produza mais-valor relativo; contudo essas novas formas se colocam exatamente em uma oposição inversa de autonomia e independência. As novas formas de subsunção do trabalho capitalista se baseiam justamente na normatização e subjetivação do controle e da competitividade no trabalhador, implicando que ele próprio se molde às demandas da relação capitalista para a geração de mais-valor relativo. Contudo, essas novas formas de normatização e subjetivação do trabalhador produzem a falsa aparência de sua autonomia e independência, o que implica o fetiche de entender as novas formações do capitalismo baseadas em um rentismo predatório próximo ao feudalismo.

Referências

- ARTHUR, Chris. The practical truth of abstract labour. In: BELLOFIORE, Riccardo; STAROSTA, Guido; and THOMAS, Peter. *Marx's laboratory: critical interpretations of the Grundrisse*. Koninklijke Brill NV, Leiden, The Netherlands, 2013, p. 101-120.
- BELLOFIORE, Ricardo. A ghost turning into a vampire – the concept of capital and the living labour. In: BELLOFIORE, Riccardo; FINESCHI, Roberto. *Re-reading Marx: new perspectives after the critical edition*. Palgrave Macmillan, 2009, p. 178-194.
- BONEFELD, Werner. Abstract Labour: Against its Nature and on its Time. *Capital & Class*, 34, 2, p. 257-76, 2010.
- _____. *Critical Theory and the Critique of Political Economy*. Bloomsbury, Londres/Nova Iorque, 2014.
- BOUTANG, Yann Moulier. *Cognitive Capitalism*. Cambridge, Polity Press, 2011.
- BREMAN, Jan; VAN DER LINDEN, Marcel. Informalizing the economy: The return of the social question at a global level. *Development and Change*, 45 (5): p. 920-40, 2014.
- CHIAPELLO, Eve; BOLTANSKI, Luc. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, WMF Martins Fontes, 2020.
- CHICCHI, Federico. Beyond the 'salary institution': on the 'society of performance' and the platformisation of the employment relationship. *Work Organisation, Labour & Globalisation*, Vol. 14, n. 1, 2020, p. 15-31.
- DEAN, Jodi. Communism or Neo-Feudalism?, *New Political Science*, vol. 42, n. 1, February, 2020.
- _____. Same as it ever was? *New Left Review Sidecar*. Disponível em: <https://newleftreview.org/sidecar/posts/same-as-it-ever-was>, 2022.
- DE ANGELIS, Massimo. Beyond the Technological and the Social Paradigms: A Political Reading of Abstract Labour as the Substance of Value. *Capital & Class*, vol. 19, no. 3, 1995, p. 107-34.
- DURANT, Cedric. *Techo-féodalisme: Critique de l'économie numérique*. Paris, Zones, 2020.
- _____. Scouting capital's frontiers. *New Left Review*, 136, July-Aug, 2022.
- FUCHS, Christian. *Reading Marx in the information age*. New York and London, Routledge, 2016.
- FUMAGALLI, Andrea. New Form of exploitation in bio-cognitive capitalism: Towards lige subsumption. In: FUMAGALLI, Andrea; GIULIANI, Alfonso; LUCARELLI, Stefano, VERCELLONE, Carlo. *Cognitive Capitalism, Welfare and Labour*. New York, Routledge, 2019, pp. 77-94.
- _____. *Bioeconomía y capitalismo cognitivo*. Villatuerta, Traficantes de Sueños, 2010.
- FUMAGALLI, Andrea; MORINI, Cristina. Life put to work: towards a life theory of value. *Ephemerá*, volume 10(3/4), 2010, pp. 234-252.
- GIULIANI, Alfonso; FUMAGALLI, Andrea; LUCARELLI, Stefano, VERCELLONE, Carlo. *Cognitive Capitalism, Welfare and Labour*. New York, Routledge, 2019.
- GIULIANI, Alfonso; VERCELLONE, Carlo. An introduction to cognitive capitalism: a Marxist approach. In: FUMAGALLI, Andrea; GIULIANI, Alfonso; LUCARELLI, Stefano, VERCELLONE, Carlo. *Cognitive Capitalism, Welfare and Labour*. New York, Routledge, 2019, p. 10-32.
- GORZ, André. *L'Immatériel: connaissance, valeur et capital*. Paris: Galilée, 2003.
- HAN, Byung-Chul. *Sociedade do Cansaço*. Petrópolis, Editora Vozes, 2015.
- HEINRICH, Michael. The 'Fragment on Machines': A Marxian Misconception in the Grundrisse and its Overcoming in Capital. In: BELLOFIORE, Riccardo; STAROSTA, Guido, e THOMAS, Peter. In: *Marx's laboratory: critical interpretations of the Grundrisse*. Leiden, Koninklijke Brill NV, 2013.

HUWS, Ursula. *Labor in the Global Digital Economy: The Cybertariat comes of age*. New York, Monthly Review Press, 2014.

KICILLOF, Alex; STAROSTA, Guido. On Materiality and Social Form: A Political Critique of Rubin's Value Form Theory. *Historical Materialism*, 15, 3, 2007, p. 9–43.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Boitempo, 2016.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. Livro I. Rio de Janeiro: Boitempo, 2013.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAZZUCATO, M. Preventing Digital Feudalism. *Project Syndicat*. Available at: <https://www.project-syndicate.org/commentary/platform-economy-digital-feudalism-by-mariana-mazzucato-2019-10>, 2 Oct, 2019.

MILBERG, William; WINKLER, Deborah. *Outsourcing Economics: Global Value Chains in Capitalist Development*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

MORINI, Cristina. *Per amore o per forza: Femminilizzazione del lavoro e biopolitiche del corpo*. Verona, Ombre Corte, 2010.

MOROZOV, Evgeny. Critique of techno-feudal reason. *New Left Review*, 133-134, jan-apr, 2022.

MURRAY, Patrick. Marx's 'Truly Social' Labour Theory of Value: Part I, Abstract Labour in Marxian Value Theory. *Historical Materialism*, 6, 200, p. 27–65.

NEGRI, A. Valeur-travail: crise et problèmes de reconstruction dans le post-moderne. *Futur Antérieur*, 10, 1992, p. 30–36.

NEGRI, A. and C. VERCELLONE. Le Rapport capital-travail dans le capitalisme cognitive. *Multitudes*, 32(1), 2008, p. 39–50.

PRADO, Eleutério. *Desmedida do valor: crítica da pós-grande indústria*. São Paulo, Xamã, 2005.

RUBIN, Issak. *Essays on Marx's theory of value*. Tradução de Milos Samardzija e Fredy Perlman. Detroit: Black and Red, 1972.

RULLANI, E. *Economia della conoscenza*. Carocci, Roma, 2004.

SRNICEK, N. *Platform Capitalism*. Cambridge, Polity Press, 2017.

STREECK, Wolfgang. *How Will Capitalism End? Essays on a Failing System*. London and New York, Verso, 2016.

SOTIROPOULOS, Dimitri; MILIOS, John; LAPATSIORAS, Spyros. *A Political Economy of Contemporary Capitalism and its Crisis*. New York: Routledge, 2013.

TOMBA, Massimiliano; BELLOFIORE, Ricardo. The Fragment on Machines and the Grundrisse: the workerist reading in question. In: LINDEN, Marcel van der (ed.); ROTH, Karl Heinz (ed.), *Beyond Marx: Theorising the global labour relations of the twenty-first century*. Leiden, Brill, 2014.

VAROUFAKIS, Y. Techno-feudalism is taking over. *Project Syndicate*. Available at: <https://www.project-syndicate.org/commentary/techno-feudalism-replacing-market-capitalism-by-yanis-varoufakis-2021-06?barrier=accesspaylog>, 28 Jun, 2021.

VERCELLONE, Carlo. From Formal Subsumption to General Intellect: Elements for a Marxist Reading of the Thesis of Cognitive Capitalism. *Historical Materialism*, 15, 2007.

_____. The Becoming Rent of Profit? The New Articulation of Wage, Rent and Profit. *Knowledge Cultures*, 1(2), 2013, p. 194–207.

VERCELLONE, Carlo; DUGHERA, Stefano. Metamorphosis of the theory of value and becoming-rent of profit: an attempt to clarify the terms of a debate. In: FUMAGALLI, Andrea; GIULIANI,

Alfonso; LUCARELLI, Stefano, VERCELLONE, Carlo. *Cognitive Capitalism, Welfare and Labour*. New York, Routledge, 2019, p. 33-60.

VIRNO, Paolo. Edizione semicritica di un classico Frammento. Citazioni di fronte al pericolo. *Luogo comune*, 1, 1990, p. 9–13.

_____. *Gramática de la multitud*. Traficantes de Sueños, Madrid, 2004.

ZUBOFF, Shoshana. *A Era do Capitalismo de Vigilância*. Rio de Janeiro, Editora Intrínseca, 2021.